ISSN: 2358-8829

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: um relato de experiência

Anna Paula de Oliveira do Vale [1]
Cristiane Raquel Souza de Carvalho [2]
Drielle Ribeiro Mota [3]
Francisca Eliete de Souza Braga [4]
Silvia Cristina Rodrigues da Silva [5]

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva tem se constituído como um dos principais desafios contemporâneos no âmbito da Educação Básica, especialmente no que se refere à inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil. Apesar dos avanços legais e das políticas públicas assegurarem o direito à escolarização, ainda persistem dificuldades relacionadas à formação docente, à implementação de práticas pedagógicas inclusivas e ao apoio institucional necessário para garantir a participação efetiva dessas crianças no contexto escolar. Conforme a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a inclusão nessa etapa se faz necessária e relevante, uma vez que é:

> [...] onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento global. Nessa etapa, o lúdico, o acesso às formas diferenciadas de comunicação, a riqueza de estímulos nos aspectos físicos, emocionais, cognitivos, psicomotores e sociais e a convivência com as diferenças favorecem as relações interpessoais, o respeito e a valorização da criança (BRASIL, 2008, p. 16).

[1] Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, annapauladovale@hotmail.com;
[2] Mestranda do curso de Pós-graduação em Ensino da Educação Básica – PPEEB da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, criscarvalhoraquel@gmail.com;
[3] Mestranda do curso de Pós-graduação em Ensino da Educação Básica – PPEEB da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, dry_11@gmail.com;
[4] Mestranda do curso de Pós-graduação em Ensino da Educação Básica – PPEEB da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, elietybraga@gmail.com;
[5] Mestranda do curso de Pós-graduação em Ensino da Educação Básica – PPEEB da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, cristina-sofia18@outlook.com.

ISSN: 2358-8829

Nesse cenário, este trabalho apresenta um relato de experiência vivenciado na oficina “Inclusão Social: Autismo”, realizada durante a Jornada Pedagógica “Educação Transformadora: inovação, inclusão e bem-estar”, no ano de 2024, no município de Chapadinha – MA. A oficina foi direcionada a professores da Educação Infantil da rede municipal de ensino e teve como propósito apresentar e desenvolver estratégias pedagógicas inclusivas voltadas à socialização e ao desenvolvimento de habilidades de crianças com TEA, contribuindo para o aprimoramento das práticas docentes. Dessa forma, o presente relato busca evidenciar as contribuições da oficina para a formação continuada dos professores, destacando as reflexões construídas coletivamente e as possibilidades de ressignificação das práticas pedagógicas no contexto da Educação Infantil.

Segundo Elisio e Gonçalves (2021, p. 12), a mediação realizada por profissionais preparados, com a utilização de práticas pedagógicas pensadas e adequadas para cada criança são fundamentais para promover a aprendizagem e a inclusão de crianças com autismo. Porém, muitos professores ainda não se sentem suficientemente preparados para lidar com a complexidade que envolve a inclusão de autistas. As dificuldades enfrentadas abrangem desde a compreensão das características do transtorno até a implementação de estratégias pedagógicas adaptadas, frequentemente agravadas pela ausência de formação específica, de apoio institucional e de políticas sistemáticas de acompanhamento docente. No que concerne à formação docente, Frade (2018) destaca que esta deve estar pautada:

> [...] em um primeiro momento, no manejo comportamental em relação ao TEA, pois servirá de subsídio ao educador na avaliação de problemas de comportamento. Após a compreensão sobre como manejar o comportamento do TEA, abordam se os aspectos pedagógicos e adequação curricular, pois, uma vez que os professores começam a compreender como o manejo no transtorno ocorre, as outras duas questões citadas anteriormente podem fazer mais sentido e serem mais facilmente compreendidas (Frade, 2018, p. 27).

Tal perspectiva evidencia a necessidade de formações que integrem fundamentos teóricos e aplicabilidade prática. Conforme Mantoan (2015, p. 72), afirma que formar o professor sob a ótica da educação inclusiva, significa redefinir o seu papel, da própria escola e das práticas pedagógicas tradicionais que se baseiam ainda em um modelo de ensino excludente, em todos os níveis. Portanto, preparar o professor para atuar de maneira inclusiva exige a reelaboração das propostas atuais de capacitação profissional, além de uma formação continuada que também acompanhe essas transformações.

A execução dessa oficina contemplou a Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, sancionada pela Presidente Dilma Rousseff, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, reconhecendo-a como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais e garantindo-lhe acesso à educação e à inclusão social (BRASIL, 2012). Contemplou ainda a Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que assegura sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 2015).

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como um relato de experiência, de abordagem qualitativa, que apresenta as vivências da autora durante a realização de uma oficina formativa destinada a professores da Educação Infantil da rede municipal de Chapadinha – MA. Essa pesquisa é de caráter descritivo, e conforme afirma Gil (2008, p. 15), tem como objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno, podendo também estabelecer relações entre variáveis. Nesse sentido, o estudo registra e analisa a experiência vivenciada no contexto formativo.

A oficina ocorreu durante a Jornada Pedagógica de 2024, com dois grupos de 40 professores, em dois dias, totalizando 80 participantes, com carga horária de 8h em cada dia. O foco era discutir aspectos conceituais sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), refletir sobre os desafios enfrentados pelos docentes e apresentar estratégias pedagógicas inclusivas aplicáveis ao contexto da sala de aula.

As atividades desenvolvidas envolveram exposição dialogada, estudo de casos, debates, confecção de recursos e socialização de práticas pedagógicas. Inicialmente foi realizada uma roda de conversa acerca do tema abordado, com apoio de slides, apresentando o embasamento teórico, metodologias, recursos, estratégias. Em um segundo momento, realizamos a confecção de recursos pedagógicos e os professores fizeram a apresentação dos recursos confeccionados, relatando o objetivo dos mesmos, trazendo uma aplicação prática. E por fim, foi feita uma avaliação sobre a oficina, em que os educadores escreviam os pontos positivos, negativos e sugestões.

PRÁTICAS INCLUSIVAS: experiências de uma Oficina Pedagógica

ISSN: 2358-8829

Durante a Jornada Pedagógica de 2024, foi realizada a Oficina “Inclusão Social: Autismo”, com o intuito de apresentar alternativas e estratégias pedagógicas inclusivas para o trabalho em sala de aula, voltadas à socialização e ao desenvolvimento de habilidades de crianças com TEA, contribuindo para o aprimoramento das práticas docentes inclusivas na rede municipal de ensino de Chapadinha - MA. A Oficina foi desenvolvida com professores da Educação Infantil da rede, sendo formadas duas turmas com 40 docentes cada, em dias subsequentes, totalizando 80 participantes.

A Jornada Pedagógica ocorreu no período de 3 a 5 de julho de 2024. A mesma teve início no dia 3 com credenciamento dos participantes e a exposição de atividades das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e, posteriormente a abertura oficial com uma conferência, tendo a participação dos professores da Educação Infantil ao Ensino Fundamental Maior, que atuam nas escolas municipais da cidade.

No dia seguinte, os professores foram direcionados às escolas em que aconteceriam as oficinas nas quais optaram por participar no ato da inscrição. A oficina “Inclusão Social: Autismo”, teve início com a dinâmica “Encontre o número igual”, onde cada participante pegava um papel contendo um número e em seguida, solicitou-se que cada um procurasse alguém que estivesse com um número igual ao seu. Após alguns minutos, tivemos um momento de reflexão sobre a dinâmica, indagando aos professores se eles encontraram o número igual e levando-os a perceber que cada um de nós é único e diferente e que, portanto, precisamos respeitar e tratar com empatia aqueles que não são iguais a nós.

Após a dinâmica, foi feita a apresentação do tema da oficina, dos objetivos que seriam desenvolvidos, por meio de slides, partindo em seguida para a exploração da temática, apresentando um breve histórico do Autismo, suas características e a definição de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição (DSM – 5). Durante a explanação oral, os professores tinham a oportunidade de fazer perguntas, observações e dar suas contribuições.

Logo em seguida, foi feito o questionamento aos professores “O que é inclusão social?”, abrindo espaço para as respostas e partindo delas, foi dado continuidade à explanação sobre a inclusão social, apresentando a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Lei Nº 12.764/2012 e Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Nº 13.146/2015. Em um segundo

momento, foi apresentada a fundamentação teórica sobre o autismo, trazendo explicações acerca das habilidades, neuroplasticidade, apresentando algumas dicas do que fazer quando se tem uma criança autista na sala de aula, e sugestões de adaptações de atividades. Para Chiote (2011):

> Incluir a criança com autismo vai além de colocá-la em uma escola regular, numa sala regular; é preciso proporcionar a essa criança aprendizagens significativas, investindo em suas potencialidades, constituindo, assim, o sujeito como um ser que aprende, pensa, sente, participa de um grupo social e se desenvolve com ele e a partir dele, com toda sua singularidade (CHIOTE, 2011, p. 24).

Continuando com a explanação do conteúdo, foi abordado sobre a gestão de comportamentos inadequados e como lidar com esses comportamentos em sala de aula, apresentando algumas dicas de como agir diante de uma crise e como prevenir, tendo como base a Análise do Comportamento Aplicada, que segundo Matos (2016, p. 203) é uma das teorias da Psicologia que fundamenta uma proposta teórico-metodológica amplamente reconhecida como relevante para a efetivação de uma política pedagógica escolar voltada para a inclusão.

Após toda a explanação teórica do conteúdo, partimos para um momento prático, de confecção de recursos que podem auxiliar no processo de aprendizagem de crianças com TEA. Para início, foram apresentadas algumas sugestões de recursos e seus objetivos dentro da sala de aula, solicitando que os professores se organizassem em grupos para a construção desses materiais. Os professores deveriam criar o recurso baseado em alguma criança que tivesse em sua sala, caso não tivessem, iriam pensar em um caso fictício. A missão era criar um recurso de acordo com um objetivo e apresentar à frente para os demais colegas.

Finalizando a oficina, foi proposto aos professores que fizessem uma avaliação por escrito e apresentassem sugestões para as próximas oficinas. Para concluir a oficina, alguns participantes fizeram a leitura de suas considerações e propostas, e uma das recomendações mais colocadas foi que houvesse outra formação semelhante, envolvendo todos os profissionais da escola, pois a inclusão começa desde a entrada da criança na instituição e não somente na sala de aula. Todos os docentes concordaram que a oficina foi muito proveitosa, satisfatória e enriquecedora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da realização desse relato de experiência, foi possível perceber que a inclusão da criança com TEA na Educação Infantil ainda é algo que precisa ser repensado de forma reflexiva, visando o melhor desenvolvimento dessa criança no seu processo de ensino-aprendizagem. É certo que a inclusão é uma realidade que deve estar presente em todas as escolas, não apenas como uma legalidade, mas como uma prática que se renova cotidianamente, proporcionando uma educação de qualidade para todos. No entanto, pode-se perceber que nem todas as escolas encontram-se totalmente preparadas para atenderem às crianças com deficiência, e por sua vez, os professores, em sua maioria, não se sentem capacitados para trabalharem com esses pequenos, seja por falta de qualificação profissional adequada, material didático-pedagógico ou mesmo de apoio da escola de forma geral.

Desse modo, incluir a criança com TEA na Educação Infantil na escola regular de ensino, ainda é um desafio para todo o sistema educacional, bem como para a sociedade vigente. É necessário que a escola, o professor, a família e toda a comunidade escolar esteja engajada nesse processo de inclusão, buscando a melhoria do ensino, podendo assim, oferecer uma educação de qualidade para todos. A experiência evidencia que ações formativas pontuais produzem impactos significativos, porém insuficientes quando desvinculadas de políticas estruturadas de formação continuada. Assim, a consolidação de uma cultura inclusiva demanda investimento sistemático, acompanhamento pedagógico, articulação entre escola, família e gestão pública. Também se abre a oportunidade de discussão sobre a necessidade de novas pesquisas no campo de atuação, bem como dialogos com as análises referidas ao longo do resumo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em:. Acesso em 10 fev. 2026.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015 2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 fev. 2026.

BRASIL. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf. Acesso em 18 fev. 2026.
CHIOTE, Fernanda de Araújo Binatti. A **mediação pedagógica na inclusão da criança com autismo na educação infantil.** Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Espírito Santo, 2011. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/server/api/core/bitstreams/d0c28b51-6de3-41cc-ba8f 12d253b1a241/content. Acesso em: 20 fev. 2026.

ELISIO, Nathalia Morgana; GONÇALVES, Heloisa Helena Leal. **A inclusão de crianças autistas no ambiente escolar: reflexões pedagógicas.** 2021. Artigo (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: https://repositorio-api.udesc.br/server/api/core/bitstreams/7e0160be-86ef-4569-8707 f47aee4aacc0/content. Acesso em: 20 fev. 2026.

FRADE, Paula Nascimento. **Formação do professor para inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro autista e seus efeitos na prática docente.** 160 f. Dissertação. (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Summus, 2015. (Novas arquiteturas pedagógicas; 3).

MATOS, Daniel Carvalho de (org.). **Análise do comportamento aplicada ao desenvolvimento atípico com ênfase em autismo.** São Luís: UNICEUMA, 2016.